

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.894 - SP (2019/0300354-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : IVAM APARECIDO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : IVAN APARECIDO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* sem pedido liminar impetrado por IVAN APARECIDO DE OLIVEIRA, em causa própria, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0010472-46.2014.8.26.0624).

Em sua inicial, o impetrante/paciente afirma que foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 1/9).

Não consta dos autos cópia de eventual ato praticado no âmbito daquela Corte.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/9), o impetrante/paciente sustenta estar sofrendo constrangimento ilegal, pois foi injustamente condenado pela prática do crime de associação para o tráfico. Afirma que não há prova suficiente para a condenação e que não restou demonstrada a permanência e estabilidade, elementos necessários para a configuração do delito.

Quanto à dosimetria, aduz que a pena-base foi exasperada com base em fundamentos inidôneos, na medida em que não possui maus antecedentes, com referência à impossibilidade de serem utilizados inquéritos e ações penais em curso, bem como ser insuficiente o apontamento de genéricas referências às circunstâncias do delito. Além disso, indica ser desproporcional o incremento realizado, na fração de 1/3.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assevera, outrossim, que não é reincidente, visto que não havia sentença com trânsito em julgado quando da prática do crime em questão, devendo a respectiva agravante ser decotada.

Ao final, pede a concessão da ordem para que a sua pena seja reduzida.

É o relatório. **Decido.**

A irresignação manifestada no presente *habeas corpus* tem por objeto a mesma irresignação manifestada no HC 471.296/SP, já julgado por esta Quinta Turma, no qual foi proferido acórdão que não conheceu o *habeas corpus*. Segue a ementa do julgado:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS DA ASSOCIAÇÃO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. APONTADA ILEGALIDADE NA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES E ASSOCIAÇÃO DE GRANDE PORTE, LIGADA A CONHECIDA FACÇÃO CRIMINOSA. CRITÉRIOS IDÔNEOS PARA A EXASPERAÇÃO. QUANTUM PROPORCIONAL. PONDERAÇÃO NEGATIVA DOS MAUS ANTECEDENTES E AGRAVAMENTO DA PENA PELA REINCIDÊNCIA. CONDENAÇÕES DISTINTAS. ILEGALIDADE INEXISTENTE. CRIME PRATICADO DURANTE O CUMPRIMENTO DE PENA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INCIDÊNCIA DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 40, III, DA LEI 11.343/2006. FRAÇÃO DE AUMENTO. APLICAÇÃO NO PATAMAR MÍNIMO, NÃO OBSTANTE A AFIRMAÇÃO DO JUÍZO SENTENCIANTE NO SENTIDO DE QUE INCIDIRIA EM 1/3. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

*2. O habeas corpus, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária, não é meio processual adequado para*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*analisar a tese de insuficiência probatória para a condenação. Precedentes.*

*3. A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito.*

*4. A quantidade e natureza dos entorpecentes constituem fatores que, de acordo com o art. 42 da Lei 11.343/2006, são preponderantes para a fixação das penas relacionadas ao tráfico ilícito de entorpecentes*

*5. Hipótese em que o paciente possui maus antecedentes, sendo uma das condenações definitivas destacada para a segunda fase da dosimetria, além de integrar associação de grande vulto, a qual é ligada à conhecida facção criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC, revelando-se justificada a exasperação da pena-base em 1/3.*

*6. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de ser possível levar em consideração condenações transitadas em julgado para efeito de maus antecedentes e para a reincidência quando distintos os respectivos fatos geradores.*

*7. No caso, o paciente efetivamente possui diversas condenações criminais definitivas anteriores aos fatos tratado nestes autos, encontrando-se em cumprimento e também com penas a cumprir, conforme restou apontado na origem, circunstância que não foi elidida pelos documentos acostados às e-STJ fls. 111/123, dos quais é possível extrair ao menos duas condenações definitivas anteriores.*

*8. Não há falar em indevida aplicação da majorante prevista no art. 40, inciso III, da Lei 11.343/2006, porquanto o paciente praticou o crime de associação para o tráfico a partir de estabelecimento prisional onde encontrava-se custodiado.*

*9. Embora o Ministério Público Federal tenha suscitado ilegalidade na utilização de fração superior à mínima legal na incidência da causa de aumento prevista no art. 40, inciso III, da Lei n. 11.343/2006, incumbe esclarecer que o Juízo sentenciante, secundado pela Corte local, fez referência a um acréscimo de 1/3 na terceira fase, mas operou incremento real de apenas 1/6, não havendo reparo a ser feito.*

*10. Habeas corpus não conhecido.*

Assim, trata-se de mera reiteração de insurgência que já foi submetida à apreciação desta Corte, revelando-se incabível. Nesse sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO ANTERIOR. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. Não se conhece do recurso ordinário em habeas corpus quando a questão nele levantada já foi analisada em outro mandamus, por caracterizar reiteração de pedido.*

*2. No caso, deixou-se de analisar o recurso ordinário em habeas corpus, por se tratar de mera reiteração de pedido formulado no RHC n. 58.051/MT.*

*3. Agravo regimental não conhecido.*

(AgRg no RHC 60.885/MT, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO, Sexta Turma, DJe 15/12/2015).

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO RECURSO EM LIBERDADE. PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO JÁ DEDUZIDA EM PRÉVIO WRIT. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ELEVADA QUANTIDADE DE PENA APLICADA. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA.*

*1. Tendo a tese da ilegalidade da prisão preventiva sido levantada em prévio recurso ordinário em habeas corpus interposto perante esta Corte Superior e, constatando-se que já houve o seu exame, tendo sido improvido, não merece conhecimento o writ nesse ponto, por se tratar de mera reiteração de reclamo anteriormente ajuizado.*

*[...]*

*4. Habeas corpus parcialmente conhecido, nesta extensão, denegada a ordem.*

(HC 318.357/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 28/5/2015).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

